

**CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE - CEDCA**

**ATA DA 90ª ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2008**

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de outubro de dois mil e oito, às catorze horas e trinta minutos, na sua sede, situada à rua Correia de Araújo número noventa e três no bairro das Graças - Recife, é realizada a nonagésima Assembléia Extraordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. A coordenação dos trabalhos foi feita pela Presidente, Eleonora Pereira da Silva, titular da Casa de Passagem. Registre-se a presença dos seguintes conselheiros: Maria Madalena Peres Fucks, Titular da Cidade Evangélica dos Órfãos; Lígia Cabral Barbosa, titular da Associação Espírita Lar Transitório de Christie; Paula Frassinetti Silva França, suplente da Associação Instrutora Missionária de Caruaru; Gênova Maria Silva, titular da Associação Santa Clara; Rosa Maria Lins de Albuquerque Barros Correia e Danielle de Belli Claudino, titular e suplente, respectivamente, do Gabinete do Governador; Analúcia Mota Vianna Cabral, titular da Secretaria de Planejamento e Gestão; Inalva Regina Cavendish Moreira e Daniel Ferreira de Lima Filho, titular e suplente, respectivamente, da Secretaria de Defesa Social; Regina Celi de Melo André, suplente da Secretaria de Educação. A Conselheira Maria da Conceição Silva justificou sua ausência por estar participando de um evento no Espírito Santo. Registre-se a presença do diretor executivo do Conselho José Fernando da Silva e dos técnicos Sarita Ferreira e Eliane Mamede. Também compareceu a esta assembléia o Gestor da GPCA, Sr. Zanelli Gomes Alencar. A reunião, convocada pela Presidente do CEDCA/PE, tem como propósito: avaliar o projeto da UNICAP e UPE de Capacitação dos Atores Sociais do Sistema de Atendimento Socioeducativo para a seleção da Petrobrás; avaliar a questão das Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, com foco nos programas “Vida Nova” e Basta de Rua”; e discutir a estrutura e funcionamento do CEDCA/PE, com foco no Departamento Sociopedagógico. Iniciando a reunião, a presidente facultou a palavra ao diretor executivo, José Fernando da Silva, o qual informa que os representantes da UNICAP e da UPE não farão a apresentação do projeto de Capacitação dos Atores Sociais do Sistema de Atendimento Socioeducativo porque não conseguiram concluir em tempo hábil com a qualidade técnica que almejam. Em seguida, a presidente submete a ata da 89ª Assembléia Extraordinária ao pleno, que é aprovada com a inclusão dos valores dos projetos para a seleção da Petrobrás do Instituto WCF e do Instituto Pró-Cidadania. Se a Petrobrás aprovar apenas um dos projetos, há a possibilidade de diálogo com a CHESF para financiar o outro. Como são projetos de interesse do CEDCA/PE, caso seja aprovado apenas um deles e caso a CHESF não se disponha a aportar recursos no Fundo Estadual para apoiar o segundo, o pleno delibera que este seja financiado com recursos do FEDCA/PE. No ofício a ser enviado para a Petrobrás, encaminhando as propostas, o projeto prioridade 01 (um), escolhido pela maioria do colegiado, é o do Instituto WCF, ou seja, o “Programa Pernambuco – Enfrentando a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes”. Na sequência da pauta, o próximo assunto são as “Crianças e Adolescentes em Situação de Rua”. A presidência lê para os presentes trechos das atas das assembléias ordinárias números 239, 245, 246 e 250, considerando que a questão das crianças nas ruas já vem sendo pautada pelo Conselho há bastante tempo, tendo sido convocado nas assembléias 239 e 245 o Secretário Executivo de Desenvolvimento e Assistência Social, Dr. Acácio Carvalho, para apresentar o programa “Pernambuco Cuidando de Meninos e Meninas em Situação de Rua”, depois denominado “Pernambuco Acolhendo a População em Situação de Rua” e, por fim “Vida Nova”. O pleno delibera que o Secretário de Desenvolvimento e Assistência Social, Dr. Acácio Carvalho, seja novamente convocado para a próxima reunião ordinária com o objetivo de apresentar ao pleno um breve histórico, balanço e perspectivas do

Programa “Vida Nova”. Em referência à ação desencadeada na última semana, denominada “Basta de Rua”, promovida pela ABCC – Associação Beneficente Criança Cidadã, em parceria com o Poder Judiciário, os conselheiros manifestam-se indignados pela forma como foi conduzida a abordagem às crianças, adolescentes e mães, similares às ações empreendidas há alguns anos, a exemplo do “toque de recolher”, sempre às vésperas das festas natalinas, como forma de “criminalização da pobreza”. A conselheira Madalena reflete que o Colegiado não pode deixar que ações como essa “tomem fôlego”, pois contraria o que CEDCA/PE defende. Se o programa “Vida Nova” precisa de ajustes, não cabe à ABCC fazê-lo e, continuando, ressalta que os profissionais precisam de capacitação, inclusive os profissionais da GPCA, como parte do processo de reestruturação do órgão. A Presidente, Eleonora, registra que participou de reunião no Palácio do Campo das Princesas, para avaliar a ação do projeto “Basta de Rua”, logo após o ocorrido. Várias instituições se manifestaram, inclusive de outros estados com comentários irônicos, achando incorreta a ação por parte da Polícia Civil. Os fatos demonstram, analisa Eleonora, que a população pobre é cruelmente marginalizada: a criminalização da pobreza significa a marginalização dessa população. A Conselheira Rosa reflete que o noticiado na imprensa demonstra o despreparo da Polícia sim, fato que ocorre infelizmente entre outros seguimentos do Sistema de Garantia dos Direitos. A Conselheira Analúcia indaga: se o Poder Judiciário está priorizando isso, o que o CEDCA se propõe a fazer? Pois o foco foi importante, embora a forma não tenha sido correta, mas foi necessário para que o CEDCA/PE possa fazer algo para não deixar crianças crescerem nas ruas, ou seja, deve-se transformar esse problema em oportunidade. Entretanto, da forma mais adequada: não é um trabalho simples, muito pelo contrário, é de grande complexidade, ressalta. A conselheira Danielle informa que o Secretário Executivo de Desenvolvimento e Assistência Social, Sr. Acácio, assim como ela própria e a Conselheira Rosa, não sabiam de nada acerca dessa ação, que não teve como foco apenas meninos e meninas, mas famílias. A conselheira Inalva registra que durante sua gestão junto à GPCA houve uma tentativa por parte do Judiciário em realizar ação semelhante a essa, mas ela se esquivou. Diante dos graves problemas sociais, os papéis se invertem e a Polícia passa a ser a grande “vilã” da história, constata. Foi perguntado, ao Delegado Zanelli, como a GPCA foi convocada a participar dessa ação? O gestor da GPCA informa que recebeu 02 (dois) oficiais de justiça em seu Gabinete para que pudesse cumprir 09 mandados de busca e apreensão para destituição de poder familiar e outras questões derivadas do Poder Judiciário. Ressalta que não chamou a mídia, a ONG (Criança Cidadã) foi quem divulgou chamadas na imprensa, informando o que ocorreria. Em seguida, o delegado Zanelli lê documento produzido pelo Conselho Tutelar denunciando situação de criança contaminada com vírus do HIV, vítima de negligência e exploração por parte de sua própria genitora, também apreendida durante a operação. Ressalta que se não tivesse procedido à apreensão, em vistas à situação de exploração clara e óbvia, a menina poderia morrer por não estar sendo medicada. Mesmo com o relato do Delegado Zanelli, o conselho considera que houve excessos, reforçando a importância de capacitação para os quadros de profissionais da GPCA. O Conselheiro Daniel relata que estava em uma reunião com Dr. Acácio Carvalho, onde o Juiz Élio Braz forneceu informações sobre a ação “Basta de Rua”, se dispondo a comparecer ao pleno do Conselho para prestar esclarecimentos. A proposição do Judiciário teve como meta a prevenção, mas também foi voltada para casos em que já se fez de tudo, ou seja, foram escolhidos processos onde já foram dadas várias oportunidades para as famílias e mesmo assim a mãe continuava com a (s) criança (s) na rua. No relato do conselheiro Daniel, o Juiz Élio Braz declarou que não foi uma ação improvisada, mas planejada especificamente para aquelas famílias. O Conselheiro Daniel relata que o Secretário Acácio Carvalho, naquela reunião, informou que o “Vida Nova” já tirou cerca de 80 (oitenta) crianças das ruas. O colegiado solicita à diretoria executiva do CEDCA/PE que entre em contato com o Secretário Executivo de Desenvolvimento e Assistência Social, Sr. Acácio Carvalho, para saber se ele pode comparecer à Reunião Ordinária do dia 04 (quatro) de novembro. Também solicita que entre em contato com o Secretário de Defesa Social para saber se confirma a presença na mesma reunião. A diretoria executiva deverá solicitar ao COMDICA

o projeto da ABCC - Associação Beneficente Criança Cidadã. Com relação à Instrução Normativa do Poder Judiciário, que dispõe sobre procedimentos no âmbito dos Juízos da Infância e Juventude, chamou a atenção, especialmente, a parte que fala da elaboração de um Plano de Ação do Judiciário para as crianças e adolescentes em condição de vulnerabilidade de rua, ou seja, o conselho deseja saber o nível de atuação do Poder Judiciário nesse Plano de Ação para que não extrapole sua competência. O colegiado avalia que é uma oportunidade para dialogar com o Poder Judiciário, devendo solicitar uma audiência com o Presidente do Tribunal. Quanto ao último ponto da pauta, ou seja, estrutura de funcionamento do CEDCA, com foco no Departamento Sócio-pedagógico, o colegiado delibera que seja ponto de pauta da próxima reunião ordinária, do dia 04 (quatro) de novembro/08, pois é um assunto que precisa ser bem estudado, em virtude das dificuldades enfrentadas pelo CEDCA/PE por estar com a equipe reduzida. Os conselheiros devem receber, novamente, a Nota Técnica elaborada pelo diretor executivo, José Fernando da Silva, enviada ao Governo do Estado para as providências cabíveis. O colegiado avalia que a Nota Técnica aponta para uma solução não tão imediata quanto o assunto exige, devendo-se buscar alternativas que apontem resultados em curto prazo. Nada mais havendo a tratar, a Conselheira Eleonora Pereira da Silva, agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a Assembléia às 18h (dezoito horas). Para constar, esta Ata após lida e aprovada será assinada pela Presidente.

Eleonora Pereira da Silva
Presidente do CEDCA/PE